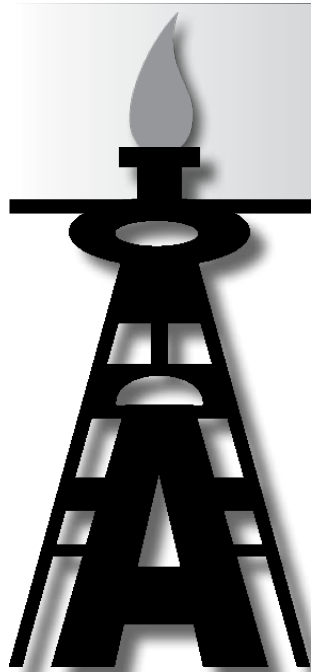


Os Ataques ao Direito à Anistia Continuam

Órgão Informativo da Associação de Aposentados e Anistiados da Petrobras - ASTAPE-RJ - Exemplar Gratuito

FILIADA A FENASPE

NOVEMBRO - 2019



ASTAPE



Fala Presidente

Genobre Gomes Lima



Quando a ideologia cega

Comissão de Anistia nega provas sem analisá-las

Pelo Advogado Vitor Neiva

Artigo “Uma Comissão de Anistia sem ideologias”, publicado em 15 de setembro na Folha e de autoria do presidente da Comissão de Anistia, João Henrique Nascimento de Freitas, acaba por atingir resultado diametralmente oposto ao almejado. Seu teor confirma os arbítrios praticados pelo órgão, os quais tenho denunciado, como a sistemática negativa de requerimentos sem análise acurada das provas. Há ainda a ameaça de me afastarem sumariamente da comissão (sou o único representante dos anistiados dentre os 27 inte-

grantes do órgão), sob a alegação de que, pasmem, atuo como advogado na defesa de anistiados. Tal arbitrariedade é objeto de “carta de repúdio”, assinada por 31 associações de anistia e direcionada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro (PSL).

Contraditoriamente carregado de ranços ideológicos, o referido artigo afirma a certa altura que a Comissão de Anistia está caminhando, “apesar de todos os esforços dos agentes que carregam ideologias da chamada ‘es-

querda radical, revolucionária e revanchista” —expressão reveladora de uma retórica pautada pela agressão, e não pelo argumento, típica de seitas ideológicas e tão imprópria em uma democracia.

Se o Brasil tivesse trabalhado o desenvolvimento econômico a partir de Celso Furtado, os problemas da fome a partir de Josué de Castro, a identidade nacional a partir de Milton Santos e Darcy Ribeiro e a educação pública a partir de Anísio Teixeira e Paulo Freire, certamente trataríamos o debate entre Adam Smith e Karl Marx como algo tangencial. Ocorre que todos os intelectuais brasileiros citados acima, sem exceção, foram perseguidos pela ditadura militar, o que nos retirou a possibilidade de debater com a devida profundidade os problemas do país.

O texto afirma também que a comissão está trabalhando no sentido de “proteger o erário público” e que “o desafio será superado e o resultado apresentado, pois a comissão não deve perpetuar-se”. Salta aos olhos que o objetivo de João Henrique e seus aliados não é promover a Justiça, mas simplesmente acabar com o órgão,

custe o que custar, arruinando o próprio pacto que fundou a nossa redemocratização.

A chamada Justiça de Transição não tem o condão de proteger o Estado. Seu objetivo primordial, em qualquer lugar do mundo, é identificar, reconhecer e reparar erros e agressões aos direitos humanos perpetrados por estruturas estatais, seja contra civis, seja contra militares. Assim, ao se comprometer com o Estado, e não com a verdade e a Justiça, a Comissão de Anistia está, no fundo, renunciando à sua finalidade legal e ajudando a ressuscitar o fantasma da ditadura, que voltou a assombrar todos nós.

A postura do comandante em chefe da Comissão de Anistia demonstra que ele está comprometido com a ideologia do governo federal, e não com a supremacia da Constituição; com a “economia”, e não com a Justiça; com a ocultação, e não com a revelação da verdade.

Melhor seria se ele tivesse atentado à advertência feita pelo advogado e educador norte-americano Derek Bok, que cunhou a máxima: “Se você acha que a educação é cara, experimente a ignorância”.

Os Ataques ao Direito à Anistia Continuam

No boletim do mês de outubro informamos que tínhamos conseguido uma grande vitória, quando da supressão do artigo da reforma da previdência, que impedia acumular a aposentadoria com a reparação recebida pela anistia política e que também incidia a cobrança de imposto de renda, e desconto para a previdência social.

Mas os ataques contra os anistiados e anistiandos não cessaram, pelo contrário tem se intensificado. Foi apresentado por um deputado do PSL do Rio de Janeiro, um projeto de lei que propõe a revisão de indenizações a título de reparação o PL 259/19. Este Projeto de Lei pretende determinar que o Tribunal de Contas da União (TCU) revise os valores pagos, pela União e por autarquias, fundações, empresas

públicas ou sociedades de economia mista, as indenizações que já vem sendo praticadas pelo Estado.

A “matéria” está tramitando pelas comissões da Câmara dos Deputados em caráter conclusivo. Caso todas as comissões aprovem, o PL não passa pela votação no plenário, indo direto para a sanção Presidencial. Porém, o projeto pode perder o caráter conclusivo se houver recurso de 52 deputados para a apreciação da matéria em Plenário.

Diante dos fatos relatados acima a diretoria da AMA-A esteve reunida com o deputado Vicentinho, solicitando apoio, assim como outros(as) companheiros(as) em Brasília, procuraram outros deputados, que também se dispuseram a nos ajudar com o objetivo de derrubar esse projeto.

Acompanhem! AI-5 Nunca Mais!

“Direitos Humanos: Em defesa da Anistia e das liberdades democráticas”

Plenária Paulista – Anistia e Reparação, se reuniu dia (04/11), na Câmara de Vereadores de São Paulo com a Vereadora Juliana Cardoso e demais Vereadores convidados, Alfredinho, Donato, Suplicy, Eliseu Gabriel, Gilberto Natalini, Toninho Vespoli e Soninha Francini. A reunião teve por objetivo tratar da construção, de forma ampla e coletiva, de um grande ato, para debater e

refletir sobre os preceitos fundamentais dos Direitos Humanos, à luz Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi assinada em 1948, portanto há 71 anos. O Ato deverá ocorrer na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 10 de dezembro e tem por eixo, os “Direitos Humanos: Em defesa da Anistia e das liberdades democráticas”. Ainda ocorrerão reuniões preparatórias.

Plenária Brasil

Participamos no dia 17 de outubro, da reunião nacional das entidades de anistiados/anistiadas e anistiandos/anistiandas no rio de janeiro.

A reunião teve por pauta, a) Realizar balanço e avaliação política sobre a situação que estamos vivendo em relação à anistia; b) O que fazer diante dessa realidade; c) Organização interna (interlocutores) e Representação dos Anistiados na Comissão de Anistia; e d) Análise do julgamento do RE pelo STF.

Após o processo de discussão, com a participação das diversas entidades, concluiu-se pela importância de termos uma atuação mais organizada e uma representação melhor estruturada, que podemos sintetizar nas seguintes propostas aprovadas pelo conjunto das entidades que transcrevemos abaixo: 1. Elaborar carta de denúncia das ações antianistia da “Comissão de antianistia” e da Ministra Damares, endossando a

ação da Procuradora Déborah Duprat; 2. Adotar uma postura de não reconhecimento e enfrentamento a atual Comissão de Anistia; 3. Pedir a suspensão da atual comissão de anistia, afirmando que essa é uma Comissão antianistia e por isso não aceitamos que os nossos processos sejam julgados por ela; 4. Formalizar o não reconhecimento da atual Comissão de Anistia através de um documento em um ato, manifestação política junto à Ministra Damares e Comissão de Anistia; 5. Construir um novo ato de protesto em Brasília para o início do próximo ano, audiência pública na Câmara, manifestação em frente ao Ministério da ministra Damares...; 6. Criar uma frente parlamentar em favor da anistia; 7. Comissão fixa em Brasília, Rosa, Getúlio e Pimenta serem remunerados pelas entidades (elaborar um projeto político-financeiro); 8. Buscar apoio de instituições nacionais e internacionais.

QUE HISTÓRIA É ESSA?

Após a declaração do deputado federal Eduardo Bolsonaro de que “se a esquerda radicalizar, uma possível resposta é um novo AI-5, Ato Institucional número 5”, os Metalúrgicos do ABC convidaram representantes da Associação dos Metalúrgicos Anistiados e Anistiandos (AMA-A ABC) para falar sobre a repressão que viveram durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985),

principalmente com a edição do AI-5, em 1968.

A entrevista com os Companheiros José Fernandes, Derly Carvalho, José Drummond, José Cruz e Luiz Soares, ocorreram no dia 01 de novembro e se transformou numa série que terá continuidade com novas entrevistas. O primeiro depoimento é do ex-metalúrgico e anistiando José Drummond, que está disponível no link: <https://youtu.be/wrIaODH6GA4>

Aniversariantes mês de NOVEMBRO

Aldeli Santos Ramos	05/11/2019
Damaris Vieira Quaresma	09/11/2019
Juvenal Maximo Balduino	19/11/2019
Maria da Conceição Lins de Souza	08/11/2019
Maria de Fatima Cardozo	12/11/2019
Maria Dulce Fernandes Mascarenhas	25/11/2019
Maria Efigenia de Aguiar	09/11/2019
Maria Helena de Almeida Anastacio	26/11/2019
Marly Vieira da Silvaoliveira	09/11/2019
Mauricio Fabiano de Castro	23/11/2019
Norma de Souza Almeida	15/11/2019
Onofre Mufalani	29/11/2019
Pedro João Ferreira	15/11/2019
Rosa Maria Paulo Torres	19/11/2019
Ruth da Costa Almeida da Silva	25/11/2019
Terezinha Matias Carvalho	30/11/2019

OBITUÁRIO

É com muito pesar que noticiamos estes falecimentos.

A Diretoria da ASTAPE, e seus associados comungam com a dor de seus familiares.

Gilda Lopes de Araújo

☆ 28/08/1941 ☩ 28/09/2019

A ASTAPE/RJ indica! AMS-Petrobras e particular

Dr Vivaldo Doréa Santos

Cirurgião Dentista - Implantodontista
e Clínico Geral

CRO-RJ: 616



Av. Governador Leonel de Moura Brizola, 1644
sala 203 | 25020-001 | Duque de Caxias/RJ
(21) 2671-9853

PAPO RETO

1) O governo Bolsonaro transferiu os Anistiados e Anistiandos do Ministério da Justiça para o ministério dos Direitos Humanos, da Mulher e da Família. Instruiu esse ministério a não reconhecer o golpe militar instaurado no Brasil em 1964. Portanto, segundo essa diretriz, não cabe mais aos cidadãos brasileiros perseguidos, despedidos, torturados e até assassinados pela ditadura, de reclamar seus direitos de anistia.

2) A Ditadura Militar prejudicou milhares de brasileiros. Eram Operários, Servidores Públicos, Estudantes, Advogados, Jornalistas, Escritores, Camponeses, Artistas, Professores, Marítimos, Trabalhadores de empresas públicas e empresas privadas, Sindicalistas e até os militares das Forças Armadas sofreram com o golpe militar, Metalúrgicos e Petroleiros.

3) Antes mesmo do fim do período ditatorial, os brasileiros que não desistem nunca, já se organizavam para conquistar a lei de Anistia. Luta após luta, trabalhadores deram importante passo para a Anistia, quando organizaram as caravanas de trabalhadores de todo ponto do país à Brasília, e com apoio de vários parlamentares, conquistaram então a lei 6683/79. Essa lei iniciou o reconhecimento do Estado Brasileiro aos cidadãos penalizados pela ditadura militar, concedendo-lhes as Anistias.

4) Com o fim da ditadura militar em 1985 e a discussão em torno de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, a sociedade brasileira organizada na luta pelas liberdades democráticas, conquista a lei 10559/2002, que regulamenta o artigo 8º do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988. Esse Ato amplia o período e os direitos políticos dos anistiados, mantendo-os na jurisdição do Ministério da Justiça submetendo-os a julgamento na Comissão de Anistia.

5) Em nosso caso particular, da PETROBRAS-REDUC, são dezenas de Anistiandos aguardando ainda pelo julgamento da Comissão de Anistia. O governo Temer mexeu nessa comissão inserindo conselheiros que eram contra os Anistiados. O Ministro Torquato Jardim, já nem acolhia mais as decisões da Comissão de Anistia, preferindo cumprir decisões dos membros da A.G.U. (advocacia geral da união). Fato que gerou protestos por parte das Associações de anistiados de todo Brasil.

6) No atual governo de Bolsonaro, a ministra Damares Alves escolheu novos conselheiros. Um conselheiro oriundo das Associações de Anistiados, e o restante composto por advogados da União e militares, contrários as concessões de anistia. Nesse cenário os julgamentos na Comissão de Anistia tenderão a não anistiar mais ninguém, cumprindo rigorosamente o discurso do ministério da Economia de sanear verbas do governo.

7) O atual ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tem uma receita de 200 milhões de reais. O ministério coordena cerca de 60 conselhos, o conselho da Anistia entre eles. Cada conselho tem verba de 110 mil reais. O ministério paga para cada conselheiro só de diária em hotéis da capital 660 reais, para hospedagem e alimentação do conselheiro, fora as passagens de avião, isso confirmado pela própria ministra. O representante dos anistiados advogado Vitor Neiva foi exonerado da Comissão por discordar dos métodos utilizados nos julgamentos de Anistia. A ministra ameaça de não anistiar requerimentos de grevistas, como se greve não seja posicionamento político.

8) Não satisfeito o governo ameaça agora com revisões das anistias concedidas. O movimento social que acompanha os desdobramentos do governo Bolsonaro se mobilizou e conseguiu livrar os anistiados na Reforma Previdenciária do tratamento de aposentados comuns. Temos um papel importante agora que será de contra atacar a composição da comissão de Anistia e exigir julgamentos mais justos baseados na lei 10559/2002. Não se trata de economia e sim de passar uma borracha na Democracia conquistada duramente pela sociedade.

COMUNICADO IMPORTANTE AOS ASSOCIADOS

A Diretoria da ASTAPE procurando solucionar o problema de Assistência Funeral aos seus associados e preocupados com esta perca assistencial que nos foi imposto, por isso, fechamos novo Aditivo Contratual de Prestação de Serviço de **ASSISTÊNCIA FUNERAL** junto a **RIO PAX** para os novos associados a partir de **OUTUBRO/2018**. Pedimos aos associados(as) que estiverem quites com sua mensalidade junto a **ASTAPE/RJ**, que nos envie o **nome completo**, cópia da **carteira de Identidade e CPF** do seu **CONJUGE (esposo(a), companheiro(a))**.

De acordo com a faixa etária conforme Aditivo contratual o associado(as) poderá incluir seus dependentes, nos enviando cópia dos documentos acima. Aqueles que já fizeram a inclusão de seus dependentes, favor desconsiderar o aviso.

Informamos a todos os Associados(as), os números dos telefones da **ASSISTÊNCIA FUNERAL RIO PAX**, (Central de Atendimento) **08007261100 e (21) 2187-1100**, (24 horas) **08002825672 e (21) 2252-1000**.

Maiores informações procurem a **ASTAPE**.

Atenciosamente.

Duque de Caxias, 10 de Outubro de 2018.

Genobre Gomes Lima - Presidente

PETROBRAS/AMS tem novo padrão para beneficiários que pagam contribuições por boleto bancário

Em adequação às disposições da Lei 9656/98 (artigo 13, inciso II), a AMS promoveu alterações nas normas vigentes de forma a delimitar um período para que o beneficiário inadimplente mantenha o direito de retornar à AMS mediante quitação integral dos débitos.

A previsão normativa já indicava a suspensão do benefício, em caso de inadimplência, em um período superior a 60 dias, consecutivos ou não. Com esta alteração, caso o boleto em aberto não seja pago em um prazo máximo de 90 dias após a suspensão do benefício, o beneficiário e seus dependentes perderão definitivamente o direito de retornarem à AMS.

Vale ressaltar que o prazo definido para a suspensão definitiva é mais extenso que o disposto na legislação em referência, já que a Agência Nacional de Saúde permite a rescisão unilateral do contrato por não-pagamento da mensalidade por período superior a 60 dias. No caso da AMS, o contrato só será rescindido após 90 dias da data de suspensão.



Jornal da Associação de Aposentados e Anistiados da Petrobras/Estado-RJ

Distribuição em todas as unidades da Petrobras e no Estado do Rio de Janeiro e Associados da ASTAPE

DIRETORIA EXECUTIVA EFETIVA

PRESIDENTE

Genobre Gomes Lima

VICE-PRESIDENTE

Luiz Soares de Oliveira

1º SECRETÁRIO

Luiz Carlos Martins de Souza

2º SECRETÁRIO

Odilon Lopes Duque

1º TESOUREIRO

Adelino Ribeiro Chaves

2º TESOUREIRO

Maurício Fabiano De Castro

1º PROCURADOR

Nilton Peixoto De Andrade

2º PROCURADOR

João Carlos Araújo Santos

1º DIRETOR SOCIAL

Maria De N. Costa Freitas

2º DIRETOR SOCIAL

Ivan Gomes Barata

1º DIRETOR DE PATRIMÔNIO

Djalma De Freitas

2º DIRETOR DE PATRIMÔNIO

Raimunda Maria Machado

CONSELHO FISCAL

Vergílio Gonçalves

Moacir Ferreira De Lima

Dejanir Rodrigues Bastos

REPRESENTANTES DA FEDERAÇÃO:

Jose Rodrigues da Silva

Rosa Maria Paulo Torres

Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, 1995 - Salas 401 ao 404/501/503 - CEP: 25010-001

Centro - Duque de Caxias - RJ

Telefones: (21) 2671-5263 / 7274 / 2771-1801-Fax: 2672-2848

E-mail: astapecaxias@gmail.com | astape@astape.com.br | Site: www.astape.com.br

Sede Campestre: Rua A, 290 - Leque Azul - Mauá - Magé - CEP: 25900-000 Tel.: (21) 2631-0810

Atendimento presencial no Rio será na sede da Fundação

A partir de 12 de novembro, o atendimento presencial da Petros no Rio de Janeiro será transferido para a sede da Fundação, na Rua do Ouvidor, 98. O posto da rua do Lavradio funcionará apenas até o dia 7 de novembro.

A mudança tem o objetivo de otimizar o atendimento presencial da Petros, que é realizado exclusivamente com hora marcada, agilizando a prestação do serviço aos parti-

cipantes.

É possível agendar o horário pelo Petros App, pelo Portal Petros e também pela Central de Relacionamento (0800 025 35 45, das 8h às 19h).

O horário de atendimento presencial será mantido de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Os participantes também podem tirar dúvidas pelo atendimento online (chat) da Petros, que funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

COMUNICADO DA ASTAPE PARA OS ASSOCIADOS ANISTIADOS POLÍTICOS E PENSIONISTAS RECADASTRAMENTO MPOG/2018 O RECADASTRAMENTO É NO BANCO, É OBRIGATÓRIO E ANUAL, SEMPRE NO MÊS DO SEU ANIVERSÁRIO.

A partir de agora, o ato de recadastramento anual dos servidores públicos aposentados, dos pensionistas e dos anistiados políticos que recebem pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) passará a ser feito em qualquer agência da instituição bancária onde lhe é pago o provento ou benefício. Agora, além das agências do Banco do Brasil e da Caixa, outras oito instituições estão credenciadas. São estas: Santander, Banrisul, Bradesco, Itaú, Banese, Cecoopes, Sicredi e Bancoob. Quem recebe por elas, deverá procurar qualquer de suas agências para fazer o recadastramento. O modelo do recadastramento permanece o mesmo. O servidor aposentado, o pensionista ou o anistiado político deve comparecer pessoalmente ao banco no mês do seu aniversário, portando documento oficial de identificação, com foto, e CPF (RG, Carteira Nacional de Habilitação). Quem estiver impossibilitado de comparecer a uma agência bancária deve entrar em contato com a unidade de recursos humanos à qual está vinculado, para receber orientações de como realizar a prova de vida.

O objetivo do Governo Federal é garantir o correto pagamento do benefício.

DÚVIDAS FREQUENTES

Se você é aposentado ou pensionista do Governo Federal, ou ainda anistiado político civil, faça seu recadastramento. O recadastramento é no banco, é obrigatório e anual, sempre no mês do seu aniversário.

COMUNICADO AO ASSOCIADO (A) RECADASTRAMENTO DA ASTAPE/RJ

A ASTAPE - Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados da Petrobrás e Subsidiárias no Estado do Rio de Janeiro, vêm comunicar ao associado(a) que foram enviados os formulários sobre a confirmação do Cadastro e **RECADASTRAMENTO 2018**, pedimos para conferir os seus dados cadastrais no formulário da ASTAPE/RJ que foram enviados, caso tenha alguma alteração, favor nos devolver com as devidas alterações e cópias dos documentos solicitados.

Informamos aos associados sobre o formulário do **AUXÍLIO FUNERAL**, alguns estão incompletos, favor preencher e assinar o formulário, nos enviando cópias de Identidade e CPF dos seus dependentes.

Favor desconsiderar aqueles que já foram feitos as devidas alterações. Maiores informações procurem a **ASTAPE**.

COMPOSIÇÃO
PROGRAMAÇÃO VISUAL



Admilson Trajano
99867-7755
www.admilsontrajano.com
admilsontrajano@gmail.com